



Boletim Semanal

Filiado à CUT/FENAJUFE

Sindjus

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no DF

Sexta-feira • 2 de setembro • Ano V

Luta pelo PCS do Judiciário agora é no Congresso

O PCS dos servidores do Judiciário está no Congresso desde a última quarta-feira (31/08). Por conta disso, neste momento todas as atenções se voltam para o acompanhamento do trabalho dos parlamentares na tramitação da matéria, na Câmara. O Sindjus já começou a trabalhar para que seja escolhido um bom relator na Comissão de Trabalho da Casa.

O sindicato se reuniu com a sua assessoria

parlamentar, que passará a atuar neste acompanhamento. Também estão sendo agendadas audiências diversas para definir a estratégia de aprovação a ser adotada, daqui por diante.

Serão organizadas, ainda, reuniões com o conselho de delegados sindicais e nos diversos locais de trabalho dos servidores da categoria. A idéia é fortalecer a mobilização. Para isso, é importante o acompanhamento de todos os

passos da tramitação da matéria, bem como as discussões que vão acontecer no Congresso, relacionadas ao tema.

A justificativa do projeto

A justificativa do Projeto de Lei, que recebeu o nº. 5.845/05, deixa claro que a principal questão está relacionada à defasagem das tabelas remuneratórias vigentes do Judiciário, quando confrontadas com a remuneração das carreiras de nível superior e intermediário dos Poderes Executivo e Legislativo e com os salários dos empregados terceirizados que prestam serviços ao Judiciário.

A justificativa afirma que o novo PCS "além de aprimorar as políticas e diretrizes estabelecidas para a gestão de pessoas, almeja solucionar os principais problemas relacionados à questão remuneratória dos servidores das carreiras judiciárias". E lembra que o impacto orçamentário do Projeto está dentro da margem de crescimento permitida aos gastos com pessoal e encargos sociais do Judiciário para o exercício de 2005.



Sindjus vai pedir extensão do reajuste de 15% para seus filiados

Assim que os projetos 371/04, do Senado, e 4712/04, da Câmara, que reajustam os salários dos servidores das duas Casas em 15% forem promulgados, o Sindjus ingressará com um requerimento administrativo no Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo a extensão do aumento para todos os filiados.

Para o sindicato, há várias justificativas para compreender a extensão do reajuste

como um direito, pois foi aprovado como revisão geral, que deve alcançar todos os servidores, em respeito ao que prevê o inciso X do artigo 37 da Constituição Federal de 1988.

O STF já se pronunciou em caso semelhante, quando julgou favorável a extensão dos 28,86%, por entender que não cabia distinção entre os servidores. A situação é equivalente, em muitos pontos, ao atual reajuste.

O aumento deve ser promulgado nesta

sexta-feira, dia 2 de setembro. O presidente da República, a partir do horário do recebimento dos projetos, tem 48 horas de prazo para promulgá-los. Se não cumprir o preceito constitucional, cabe ao presidente do Senado, Renan Calheiros, a imediata promulgação das leis.

O Sindjus também usará de todos os meios judiciais para exigir que o reajuste de 15% possa beneficiar todos os seus filiados.

PCS do MPU

Conselho superior analisará a contra-proposta dos servidores

Os servidores do Ministério Público ainda não tiveram o seu projeto de PCS enviado ao Congresso Nacional, como prometeu que faria o procurador-geral da República, Antonio Fernando, tão logo o PCS do Judiciário fosse encaminhado. Em reunião, esta semana, o secretário-geral da República, Carlos Frederico, afirmou que as entidades representativas deverão aguardar manifestação do procurador-geral e do Conselho Superior do MPU sobre os pontos discordantes na proposta.

Depois da avaliação dos procuradores-gerais membros do Conselho Superior será marcada uma nova rodada de negociações entre o procurador geral da República e as entidades para fechar o texto definitivo e o encaminhamento da proposta ao Congresso.

Na última reunião entre entidades representativas dos servidores do MPU e o secretário-geral da República, Carlos Frederico, foi reafirmada a posição das entidades sobre os pontos que consideram mais importantes do projeto de PCS. São estes: valor da GAMPU,

jornada de trabalho, direito de advogar e exclusividade da ocupação de funções com servidores do quadro do Ministério Público.

Na avaliação do diretor do Sindjus Valdir Ferreira, a última minuta apresentada pelo secretário-geral apresentou retrocesso em relação à proposta apresentada pela administração. "O procurador-geral precisa cumprir sua promessa, definindo um texto que atenda às reivindicações da categoria e encaminhe o projeto imediatamente ao Congresso Nacional", afirmou Ferreira.

Atrasados do TJ

Falta razão aos argumentos do presidente

Diante do argumento da administração do TJDF de que não tem dinheiro sequer para pagar a folha salarial até o final do ano - motivo pelo qual afirma que ainda não efetuou o pagamento dos passivos pendentes com os servidores - os dirigentes do Sindjus pediram uma nova audiência com o presidente do tribunal e vão reunir a categoria para definir um cronograma de mobilizações em prol dessa reivindicação.

O Sindjus pretende levar ao presidente, dados que comprovam que é comum - todos os anos - o fechamento de folha com crédito suplementar. O que não pode acontecer é o tribunal alegar falta de recursos para pagar os servido-

res enquanto quita todas as diferenças da magistratura.

Sem providências - Em função da última reunião com o presidente do TJDF, desembargador José Jeronimo Bezerra da Silva para tratar do assunto, em julho, foi efetuado o pagamento de parte dos anuênios. Apesar disso é preciso fazer muito mais. O Sindjus cobra do TJDF o pagamento de pendências referentes a anuênio, retroativo dos tíquetes e auxílio pré-escolar, entre outros.

O sindicato pretende programar assembléias com a categoria e discutir, até mesmo, paralisações se a administração do tribunal não mudar de atitude.

Reforma no Cefis

O Sindjus está realizando algumas obras no Centro de Formação e Informação Social (CEFIS), como forma de melhor atender os associados e otimizar o espaço de lazer lá existente. Os serviços consistem em reforma da piscina (atualmente interditada para reparos), limpeza do córrego, ampliação do espaço para jogos e construção de novas churrasqueiras.

Concurso Novas

Está no site do Sindjus o edital para o concurso Novas Idéias para a Justiça, que vai premiar os seis melhores trabalhos relacionados ao tema, nas modalidades monografia, projeto e proposta. As inscrições estão abertas até 30 de setembro e podem se inscrever, tanto servidores do Judiciário e do MPU como pessoas de fora, que tenham interesse pela área. Serão distribuídos um total de R\$ 95 mil em prêmios.

Acesse também o e-mail premionovasideias@sindjusdf.org.br